

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

XVI Governo Constitucional toma posse na Ajuda



Primeira reunião do Conselho de Ministros

Missa em memória de Sá Carneiro

Uma missa de recordação e homenagem ao antigo Primeiro-Ministro e fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro, foi celebrada ao fim da tarde de segunda-feira, na Igreja de São João de Deus, dois dias depois da tomada de posse como chefe do XVI Governo Constitucional, de Pedro Santana Lopes, que foi seu colaborador muito próximo e devotado amigo.

Francisco Sá Carneiro nasceu no Porto a 19 de Julho de 1934 e morreu a 4 de Dezembro de 1980, num trágico acontecimento, que deixou enlutados Portugal e o "seu" PSD.

Sá Carneiro permanece vivo na memória dos que o conheceram e na memória colectiva do grande Partido que fundou e que sempre considerou o instrumento fundamental da luta para o progresso e o bem estar de Portugal e dos Portugueses.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de 15 de Julho, a última do Ministério que antecedeu a posse de Santana Lopes como Primeiro-Ministro, aprovou dois Decretos e seis Resoluções, no pleno uso das suas funções de Governo em Gestão.

Exclusão do regime florestal parcial de uma parcela no concelho de Viseu

Este Decreto exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno, com a área de 13,2 ha, situada na freguesia de Cepões, concelho de Viseu, integrada no Perímetro Florestal de S. Salvador, e que se destina à consolidação e expansão urbanas.

O diploma foi a provado na sequência de uma solicitação feita pela Assembleia de Compartes dos Baldios de As Nelas, freguesia de Cepões, concelho de Viseu, no sentido de ser excluída do regime florestal parcial uma área de 13,2 ha, a qual se destina à consolidação e expansão urbana da freguesia de Cepões.

Exclusão do regime florestal parcial de uma parcela no Perímetro Florestal das Dunas e Pinhais de Mira

O segundo Decreto exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 20,80 ha, situada no concelho de Mira, pertencente ao Pinhal da Gândara de Portomar e integrada no Perímetro Florestal das Dunas e Pinhais de Mira e que se destina à execução de um projecto de intervenção com ocupação do espaço por diferentes infra-estruturas com diferentes usos.

A aprovação do presente Decreto decorre da necessidade de execução, pela Câmara Municipal de Mira, de um projecto de intervenção no Pinhal da Gândara de Portomar, o qual se traduz numa ocupação do espaço por diferentes infra-estruturas com diferentes usos, constituída pelas seguintes parcelas: 2,6 há, destinada à Central de Compostagem; 9,7 há, destinada a uma Zona de Parque Desportivo; 2 há, destinada a uma Zona Verde Tampão; 1,5 há, destinada a uma Zona de Parques de Lazer e Recreio; e 5 há, destinada a terrenos aptos para construção. Será assim ocupada uma área total de 20,80 há, a qual está submetida a Regime Florestal Parcial, deixando o terreno de ter uso florestal pelo que se torna necessário proceder à sua exclusão daquele regime.

Plano de Urbanização de Vaiamonte, no município de Monforte

Uma Resolução do Conselho ratifica o Plano de Urbanização de Vaiamonte, no município de Monforte.

Com a elaboração do presente instrumento de planeamento territorial, pretende-se estabelecer regras objectivas nas quais se aprofunda e rectifica as disposições contidas no Plano Director Municipal, respondendo às necessidades entretanto surgidas.

Ratificação parcial do Plano de Urbanização de São Pedro da Cova, no município de Gondomar

Esta Resolução do Conselho ratifica parcialmente o Plano de Urbanização de São Pedro da Cova, no município de Gondomar.

A aprovação deste diploma permite estabelecer regras objectivas nas quais se aprofunda e rectifica as disposições contidas no Plano Director Municipal, cujo regulamento prevê a realização de planos específicos para o ordenamento das “áreas problema” detectadas e classificadas como Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Com o presente Plano pretende-se ultrapassar as situações de debilidade

económica e instabilidade social que se traduzem no contínuo agravamento da qualidade de vida e na incapacidade de contrariar as suas implicações no ambiente e no equilíbrio humano, que se verificam há muitos anos na área da freguesia de São Pedro da Cova.

Reserva Ecológica Nacional (REN) de Ferreira do Alentejo

Por esta Resolução do Conselho é aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Ferreira do Alentejo, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/97, de 11 de Junho.

A presente alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, no município de Ferreira do Alentejo, enquadra-se no processo de alteração, de âmbito limitado, do Plano Director Municipal de Ferreira do Alentejo, que visa a criação de uma área preferencial para o uso agro-industrial.

Alteração ao Plano de Pormenor da freguesia de Urra

Outra Resolução do Conselho ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor da freguesia de Urra - Monte dos Apóstolos, no município de Portalegre.

Esta Resolução visa ajustar à realidade actual o Plano de Pormenor em causa, em vigor desde 1992, de forma a possibilitar a construção de habitações mais consentâneas com os padrões actuais. Permite, nomeadamente: a afectação do lote n.º 52 a equipamentos, comércio e serviços; a criação dos lotes 53 e 54 destinados a habitação e dos lotes 55 e 56 destinados a equipamentos; a ampliação da área de alguns lotes e aumento das áreas de implantação e construção; a previsão da possibilidade de edificação de anexos em alguns dos lotes existentes.

Plano de Pormenor da Área Urbana de Génese Ilegal do Casal do Urjal Vila Franca de Xira

Esta Resolução do Conselho ratifica o Plano de Pormenor da Área Urbana de Génese Ilegal do Casal do Urjal em S. João dos Montes, no município de Vila Franca de Xira.

De acordo com o Plano Director Municipal em vigor, a Área Urbana de Génese Ilegal está incorrectamente localizada na planta de ordenamento, em área destinada a fins agrícolas de policultura, surgindo, daí, a necessidade de o Plano de Pormenor alterar a situação existente.

Salvaguarda do Plano de Pormenor da área industrial da Marinha Pequena, e suspensão parcial do Plano Director Municipal da Marinha Grande

Finalmente, uma Resolução do Conselho ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para salvaguarda do Plano de Pormenor da área industrial da Marinha Pequena, actualmente em elaboração, bem como a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Marinha Grande, para a mesma área.

A presente Resolução tem em vista satisfazer a pretensão do município local, tendo em vista a criação de novas regras urbanísticas e de uso do solo, ajustadas às características físicas e cadastrais específicas da área e que, simultaneamente, tenham em conta a pressão que sobre a mesma recai por motivos de desenvolvimento económico e industrial.

– Fonte: “Portal do Governo”



Notícias dos Açores

Declaração política de Victor Cruz a propósito do novo Governo e da decisão do Presidente da República

Após o conhecimento da decisão do Presidente da República, de convidar o PSD a formar Governo, após a saída para a Comissão Europeia do Dr. Durão Barroso e da indignação de Pedro Santana Lopes como Primeiro-Ministro, o presidente do PSD/Açores entendeu dirigir-se aos açorianos, tornando pública a seguinte declaração política:

«O PSD respeita a decisão do Senhor Presidente da República, como o faria da mesma forma, se outra fosse a sua decisão.

«A decisão do Senhor Presidente da República corresponde ao que pensamos e defendemos sobre a situação política suscitada pela ida do Dr. Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia.

«Teremos um novo governo, com um novo primeiro-ministro, Dr. Pedro Santana Lopes.

«O PSD/Açores apoiará, no Conselho Nacional do PSD, a realizar amanhã, a indicação do líder do Partido, Dr. Pedro Santana Lopes, para primeiro-ministro.

«Lembro que eu e o PSD/Açores, depois de confirmada a saída do Dr. Durão Barroso, fomos os primeiros a apoiar o Dr. Santana Lopes para presidente do PSD e para primeiro-ministro.

«Nós prezamos a estabilidade política.

«Envolvei-me directamente, como cabeça-de-lista do PSD/Açores, nas últimas eleições para a Assembleia da República, das quais o PSD saiu vitorioso.

«Como Deputado à Assembleia da República, testemunhei a solidez da maioria parlamentar que suportou o governo liderado pelo Dr. Durão Barroso e agora posso testemunhar a solidez da coligação PSD/CDS-PP que está na base do novo governo presidido pelo Dr. Pedro Santana Lopes.

«Com o futuro governo seremos tão solidários quanto exigentes e a nossa esperança é igual à nossa certeza de que será um bom governo para os Açores e com o qual o futuro governo do PSD e do CDS-PP, da Coligação Açores, saberá trabalhar.

«Basta de conflitos e de guerrilhas políticas, subjacentes e reavivadas no insistente pedido de eleições antecipadas que o PS/Açores fez, mas a que o Senhor Presidente da República não cedeu, numa decisão



imparcial e tomada a pensar no interesse nacional.

«O líder do PSD, Dr. Ferro Rodrigues, reconheceu ter sido derrotado, mas o PS/Açores e o seu líder Carlos César foram também derrotados.

«O PS e Carlos César queriam eleições antecipadas.

«Afinal, vão ter um congresso socialista antecipado.

«O PS e Carlos César queriam eleições nacionais e regionais no mesmo dia. Perderam a aposta em eleições antecipadas e perderam muito terreno quanto às eleições regionais.

«Carlos César esteve na delegação do PS que foi ao Presidente da República, à saída de Belém, esteve à direita de Ferro Rodrigues e foi, então, o único militante socialista citado pelo líder demissionário do PS.

«Em Belém, Ferro Rodrigues disse o que Carlos César tinha dito – “é preferível uma campanha eleitoral para um novo governo do que um novo governo em campanha eleitoral” – como se o actual governo socialista nos Açores não fosse o mais eleitoralista da história da Autonomia.

«É a personalização do ditado popular “Deixa-me dizer, antes que me digam”.

«Quando o Dr. Mota Amaral cessou funções e lhe sucedeu Madrugada da Costa, Carlos César não pediu eleições antecipadas, como agora queria.

«Para alguns políticos é preferível a contradição à coerência. Políticos assim, mais dia, menos dia, perdem. «Ferro Rodrigues levou consigo o mais populista dos socialistas e o mais eleitoralista dos governantes, que em nada terá ajudado, mas que em tudo saiu também derrotado.

«De resto, o PSD sublinha que ontem o Senhor Presidente da República lembrou que a Administração Regional deve manter imparcialidade face às próximas eleições regionais, o que não acontece nos Açores e põe em causa a qualidade da nossa Democracia.

«Nós, nos Açores, dizemos: vamos ter uma campanha eleitoral para um novo governo, porque o actual governo tem mais promessas do que obra, é mais eleitoralista do que eficaz na resolução dos problemas.

«César chegou ao poder ao lado e

em parceria com Guterres. Nós chegaremos à vitória ao lado e em parceria com Santana Lopes.

«O desfecho desta situação política demonstra bem que o PS fez uma interpretação abusiva das eleições europeias, querendo retirar das mesmas dividendos para as eleições regionais e para as eleições antecipadas.

«Também neste aspecto, o PS perdeu.

«O líder do partido que tinha ganho as eleições europeias demitiu-se. O líder da coligação que perdeu as europeias, será Presidente da Comissão Europeia.

O PS já perdeu o que ganhou nas eleições europeias e o PSD tem novas responsabilidades governativas, apesar de ter perdido as eleições europeias.

«Estou muito feliz e quero que o próximo governo faça os açorianos e os portugueses felizes.

«Com o novo governo começa um novo ciclo.

«Com o novo governo começa um tempo novo.

«É a mesma legislatura, com um novo governo e com um novo estilo.

«Os açorianos têm tudo a ganhar

Notícias dos Açores (Conclusão)

Resolvido o pagamento de retroactivos dos trabalhadores da base das Lajes. Maior influência açoriana na «FLAD»

com uma boa relação e com uma cooperação frutífera com o novo governo de Santana Lopes e é um governo do PSD e do CDS-PP, da Coligação Açores, que pode assegurar bons resultados para os Açores.

«Quem ontem perdeu nada tem a ganhar; quem ontem ganhou tem tudo para dar.

«Por mim, estou em boa companhia, a de Pedro Santana Lopes.

«Com Santana Lopes, com o novo Governo da República, vamos trabalhar e vamos ganhar as eleições regionais.

«O PSD agradece as centenas e centenas de mensagens de congratulação e de parabéns que recebemos dos açorianos que sentem que há uma nova esperança e que a querem concretizar.»

Resolução de problemas de trabalhadores da base das Lajes



O PSD/Açores congratula-se com a resolução do pagamento dos retroactivos, devidos aos trabalhadores açorianos que prestam serviço na base aeronáutica das Lajes e que estava pendente desde 1997.

No final do encontro que manteve com a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses das FEUSAÇORES, realizado em Angra

do Heroísmo, Victor Cruz manifestou uma “enorme satisfação pessoal e política por ter sido possível resolver a favor de inúmeras famílias terceirenses mais um problema antigo” que mereceu a sua intervenção directa junto do primeiro-ministro de Portugal.

O reconhecimento desse “empenho pessoal” de Victor Cruz para o pagamento dos retroactivos pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal ou complementar relativamente aos últimos sete anos foi salientado pelo presidente da comissão de trabalhadores da Base das Lajes, Hélio Sales, no decorrer da reunião realizada com o candidato da coligação PSD/CDS-PP a Presidente do Governo Regional.

O líder dos social-democratas açorianos reafirmou, a propósito, a necessidade de assegurar um relacionamento proveitoso com o Governo da República, como forma de resolver mais facilmente, em ambiente de verdadeira cooperação, os interesses da Região Autónoma dos Açores. “Os açorianos só ficam a



ganhar se passarmos todos a trabalhar no mesmo sentido”, afirmou.

«Lobby» dos Açores nos EUA e administrador açoriano na FLAD

A criação de um “lobby organizado” dos Açores nos Estados Unidos da América e a nomeação de um administrador açoriano para a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) foram também reafirmadas por Victor Cruz nas suas declarações à comunicação social. Sobre a presença açoriana na administração da FLAD, o presidente do PSD anunciou que o processo “já se encontra muito bem encaminhado”.

Victor Cruz e Hélio Sales fizeram o ponto da situação actual sobre os problemas laborais da base norte-americana da ilha Terceira, num encontro em que participaram também o vice-presidente do PSD/Açores, Clélio Meneses, e outros responsáveis da Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses das FEUSAÇORES.

Para o líder social-democrata, uma das grandes questões que decorre da existência da Base das Lajes assenta exactamente nas relações laborais entre trabalhadores portugueses e as forças norte-americanas. Actualmente são cerca de 900 os trabalhadores portugueses que têm como entidade patronal a Força Aérea

dos Estados Unidos da América, percebendo-se facilmente o impacto que nove centenas de famílias têm numa ilha com cerca de 54 mil habitantes e, em especial, no concelho da Praia da Vitória.

Governo da «Coligação Açores» estará sempre “atento” à Base das Lajes

A existência e utilização da Base das Lajes pelos norte-americanos assume-se genericamente como a principal realidade sócio-económica da Ilha Terceira. Por isso, Victor Cruz assegurou que um futuro Governo Regional da responsabilidade da “Coligação Açores” prestará uma “atenção especial e permanente” à situação laboral dos trabalhadores terceirenses que prestam serviço na base aérea.

O candidato a Presidente do Governo Regional aproveitou a oportunidade para reafirmar a importância do destacamento norte-americano na Ilha Terceira, ao nível sócio-económico e em termos geoestratégicos. Victor Cruz considerou que, no actual quadro das relações internacionais, valoriza-se, especialmente, a denominada “atlantização” da política europeia, que redimensiona as Lajes e Portugal para um lugar de destaque. – **Gabinete de Imprensa do PSD/Açores**



Notícias Câmara de Coimbra

Protocolo apoia áreas urbanas degradadas

No passado dia 14 foi assinado, em Coimbra, um importante protocolo, entre a Câmara Municipal e uma importante entidade bancária, a Caixa Geral de Depósitos, que visa estabelecer relações de cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos, o Município, particulares, empresas e empresários em nome individual, sempre que estejam abrangidos pelos programas de Reabilitação das Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD); regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH); Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) e ainda quando estejam em causa obras de conservação que sejam executadas segundo o regime jurídico da urbanização e edificação actualmente em vigor e que data de 1999, com modificações de Julho de 2001.

Este Protocolo considera as atribuições e competências que para o Município de Coimbra decorrem em matéria de habitação e urbanismo e toma em conta o relacionamento institucional do Município de Coimbra com a Caixa Geral de Depósitos.

O Município apoia-se assim naquela instituição para satisfazer a necessidade de incentivar a conservação e recuperação do património urbanístico da Cidade e apoiar a manutenção de actividades económicas tradicionais e de implementar políticas que evitem a desertificação dos centros urbanos;



O protocolo agora assinado, tem em conta a experiência e tradição da Caixa Geral de Depósitos no apoio às autarquias, no financiamento de pequenas e médias empresas, na aquisição e recuperação de habitação própria e para investimento e considera a forte presença da Caixa Geral de Depósitos na Região de Coimbra, a grande diversidade de produtos e serviços que o Grupo CGD põe à disposição de empresas e particulares, nas melhores condições de mercado.

As áreas abrangidas pelo protocolo compreendem o crédito, em condições especiais, para conservação e recuperação de habitação e investimento em imobiliário destinado à conservação e recuperação de lojas; o apoio, aconselhamento e informações sobre linhas de crédito disponibilizadas para essas finalidades; a colaboração institucional com o Município e particulares, empresas e empresários em nome individual abrangidos pelo

protocolo.

Para isso, o Município, os particulares, empresas e empresários em nome individual, terão acesso preferencial a linhas de crédito específicas, que incluem uma destinada a particulares, empresas, pessoa colectiva ou empresário em nome individual, que pretendam efectuar obras de conservação e recuperação da habitação ou lojas ao abrigo do programa referido, que cobre até 50 por cento do custo das

Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH); Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), e é destinada a particulares, empresas, pessoa colectiva ou empresário em nome individual, que pretendam efectuar obras de conservação e recuperação em edifícios, habitações ou lojas ao abrigo do programa referido, cobrindo até 90 por cento do valor não participado e nas mesmas condições do anterior.

Os pedidos de crédito devem ser feitos com a prévia informação da Câmara de Coimbra, que estabelecerá a elegibilidade do ou dos candidatos e fornecerá os modelos a seguir.

O Município vai colaborar com a Caixa na implementação e dinamização do Protocolo, agindo dentro das regras gerais de sigilo bancário, relativamente às relações Caixa-Cliente.

Este protocolo tem a duração inicial de dois anos e será automaticamente renovado se não houver denúncia expressa por qualquer das partes, até três meses antes das datas de renovação.



obras comunicadas pela Câmara, a 40 anos e com juros correntes, indexados aos Euribor

Outra linha de crédito funciona no âmbito do Regime Especial de

Assinaram pela Caixa o seu Presidente, Mira Amaral e pela câmara o autarca em funções, Carlos Encarnação. – **Fonte: CML/Coimbra**

Distrital de Setúbal

Luís Rodrigues foi reeleito presidente da Comissão Política

A conquista de uma Câmara Municipal do distrito de Setúbal constitui o principal objectivo do presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal, Luís Rodrigues, que foi reeleito no dia 17, com 70,29 por cento dos votos expressos.

Luís Rodrigues foi reeleito para um terceiro e último mandato como Presidente da Comissão Política Distrital do PSD e teve como único opositor o deputado municipal por Setúbal, José Miguel Dias Pereira, que obteve apenas 29,8 por cento dos votos e que no final da eleição,

foi o primeiro a cumprimentar e desejar felicidades a Luís Rodrigues.

O presidente reeleito da distrital social-democrata congratulou-se com o resultado alcançado, considerando que a eleição para um terceiro (e último mandato) representa uma “prova de confiança e de satisfação dos militantes com o trabalho realizado nos últimos quatro anos”.

Nos próximos dois anos, Luís Rodrigues promete lutar pela concretização de novos investimentos estruturantes no distrito de Setúbal, de onde destacou a construção de uma terceira ponte sobre o Tejo.



“Sei que é um objectivo difícil, mas acredito que o novo governo de Pedro Santana Lopes poderá dar alguns passos que permitam lançar o projecto para a construção de uma terceira ponte sobre o Tejo na próxima legislatura”, disse Luís Rodrigues.

O dirigente social-democrata congratulou-se também com a escolha do juiz Fernando Negrão para ministro da Segurança Social do novo governo, mostrando-se convicto de um bom desempenho do novo titular da pasta, de forma a minimizar os problemas sociais do distrito de Setúbal. – **Fonte: Lusa**

Nova central térmica fundamental para o Hospital

A partir de Setembro, arranca no Hospital de Ovar a construção de uma central térmica, considerada uma obra fundamental para aquela unidade de saúde e inscrita no Plano Director do Hospital há quase uma década.

A obra está orçada em cerca de 185 mil Euros, já disponibilizados pelo Governo para a execução dos



trabalhos. A notícia foi divulgada pelo presidente da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), Fernando Andrade, durante a sessão comemorativa do 38º aniversário daquele hospital.



Na ocasião, Fernando Andrade reiterou o interesse da administração regional em realizar investimento na unidade hospitalar vareira, no sentido de proporcionar a melhoria das actuais valências e de promover uma maior articulação entre os hospitais da região e os centros de saúde locais.

Igualmente importante foi o anúncio da nomeação do conselho consultivo do Hospital, que vinha uma urgente necessidade, apontada já há algum tempo.

O presidente do Conselho de Administração do Hospital Francisco Zagalo, Acácio Coelho, congratulou-

se pelo fim desse impasse e aproveitou para, ele próprio, comunicar uma novidade importante sobre a instituição que preside: a obtenção da certificação

«Provisional Accreditation» atribuída pelo grupo de auditoria inglês «Health Quality Service» (Serviço de Qualidade de Saúde), que atesta a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes nos hospitais. Como a unidade de Ovar foi, entre os hospitais portugueses de pequena dimensão, uma das primeiras contempladas com esta importante certificação, Acácio Coelho lembrou

“o empenho, a dedicação e a determinação do grupo Coordenador para a Acreditação” em todo o processo e o papel desempenhado pela Liga dos Amigos do Hospital “quer pela aquisição de equipamentos fundamentais, quer pelo seu trabalho de voluntariado, fundamental para a humanização dos cuidados hospitalares”.

Nos próximos meses, o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ovar quer pôr em marcha um conjunto de pequenas obras de remodelação, essenciais para que esta certificação – de estatuto ainda provisório – possa constituir-se rapidamente numa Acreditação completa. Satisfeito com o percurso de valorização que a instituição conheceu nos últimos dois anos, Acácio Coelho agradeceu o apoio que tem chegado do Ministério da Saúde, quer através do programa Saúde XXI, quer do PIDDAC, que financiaram até agora “várias intervenções com custos totais superiores a 300 mil Euros, permitindo ao Hospital de Ovar a redução de riscos e melhoria das condições de segurança”

- Gab. Press PSD/Ovar

Comissão Europeia dá «Luz Verde» a programa de racionalização da CE

A Câmara Municipal de Sintra recebeu pela primeira vez o prémio de poupança e eficiência energética do Programa «Green Light», desenvolvido pela Comunidade Europeia.

A cerimónia da entrega, realizou-se no passado dia 15 de Julho - quinta-feira - às 5 da tarde, na Sala Polivalente (Sala Virgílio Ferreira) da Biblioteca Municipal que está instalada na «Casa Mantero».

A Comunidade Europeia lançou um desafio para a racionalização do consumo de energia e Sintra aceitou-o, escolhendo o espaço da nova Biblioteca Municipal para assinalar a sua participação. Saliente-se que a Biblioteca Municipal «Casa Mantero» é o primeiro edifício público em Portugal a ser contemplado com este galardão.

Iniciada em 2000, esta é uma iniciativa ambiental que pretende

promover a eficiência energética na iluminação de edifícios não-residenciais e espaços públicos, incentivando investimentos ao nível da protecção ambiental e do combate às alterações climáticas.

Assim, foram instaladas na Biblioteca mais de 700 luminárias

equipadas com lâmpadas e balastos “eficientes”, que conseguiram reduzir em cerca de 45% o consumo de electricidade destinada à iluminação do edifício, obtendo-se o retorno do investimento em 6 meses.

A Agência para a Energia (ADENE), enquanto representante



nacional do Programa «Green Light», procedeu à entrega do prémio à Câmara Municipal de Sintra, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente Fernando Seara e do Vereador da Cultura e do Turismo, Dr. Cardoso Martins. – Fonte: CM/Sintra



Notícias de Cascais

Nova Creche e Jardim-de-Infância

● Em estudo novos veículos eléctricos

A construção da creche e jardim-de-infância em curso em Cabeço de Bicesse vai implicar um investimento final da Câmara de Cascais superior a um milhão de euros, segundo informou o vereador da Câmara Municipal de Cascais responsável pela Acção Social, Rui Rama da Silva, durante a visita às obras.

O novo equipamento, que ficará concluído nos próximos meses, segundo o mesmo autarca, “deverá entrar em funcionamento no próximo ano lectivo e será gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, segundo o protocolo estabelecido com a Autarquia.”

Nos últimos dois anos e meio, a

locais com cerca de um milhão de euros, quer para o seu funcionamento e actividades, incluindo a realização de colónias de férias.

Nos últimos dois anos e meio, a Autarquia, substituindo-se muitas vezes ao próprio Estado, investiu mais de cinquenta milhões de euros no reforço das respostas sociais e apoio à construção, ampliação e remodelação de equipamentos sociais.

Além da área da infância, o apoio do pelouro da Acção Social cobriu também as áreas dos idosos e dos deficientes.

“Estamos num constante



Oceânica Alberto Romano (Cascais).

Esta acção, que arrancou a 19 de Julho, envolve os projectos Maré Viva e Cascais em Movimento (da divisão de Juventude), bem como auxiliar a Divisão de Trânsito e Espaço Público nas suas acções de fiscalização e a Capitania do Porto de Cascais, nas acções de patrulhamento dos agentes da polícia marítima, utilizando o transporte individual Segway (Human Transporter) e Scooters Eléctricas.

A Capitania do Porto de Cascais utiliza dois Segway's, a partir da tarde de 19 e até à tarde de 30 de Julho, nas acções de patrulhamento dos agentes da polícia marítima no paredão de Cascais. Esta utilização tem como objectivo o estudo do

Ambiental), serão também utilizados dois Segway's e uma Scooter Eléctrica (nas manhãs de 19 a 30 de Julho) dando apoio aos jovens participantes, nas suas deslocações diárias nas diversas acções desenvolvidas.

De 2 a 16 de Agosto, os veículos eléctricos (1 Segway e 1 Scooter Eléctrica) irão apoiar os jovens do Programa Marés Vivas, nas suas deslocações diárias às praias de Cascais e do Estoril.

Em paralelo, a DTEP - Divisão de Trânsito e Espaço Público - irá testar a utilização de scooters eléctricas nas acções de fiscalização dos técnicos da Câmara Municipal às obras em curso na Freguesia de Cascais.

Assim, através da realização de relatórios diários dos utilizadores referenciados, onde irão constar o



Câmara Municipal de Cascais, no âmbito da Acção Social, investiu mais de dois milhões e meio de euros na construção ou beneficiação de equipamentos e apoio a actividades na área da infância.

No domínio da construção ou beneficiação de equipamentos destaquem-se, a creche do Bairro Calouste Gulbenkian do Centro Paroquial de Alcabideche, apoiada com 399 mil euros, a cooperativa Horizonte, com 110 mil euros, a nova creche do Centro Paroquial do Estoril, com 25 mil euros, a nova creche da fundação “O Século” com mais de 100 mil euros, a adaptação de vários parques infantis de creches com 125 mil euros. No mesmo domínio inseriu-se a cedência de três fogos municipais e apoio às obras de adaptação à instalação neles de creches familiares geridas por instituições locais, em Matos Cheirinhos, Mata da Torre e Zambujal, o que implicou um investimento de 175 mil euros.

No âmbito do apoio a projectos e qualificação das respostas sociais solidárias na área da infância, a Autarquia auxiliou as instituições

processo de conhecimento e análise da nossa comunidade dado que esta permanentemente sofre mudanças e gera necessidades a que importa estar atentos para que, em tempo útil, possamos responder-lhes ou alertar outras entidades para isso”, adiantou o vereador da Acção Social da Câmara de Cascais.

Estudo da utilização de veículos eléctricos em Cascais

A Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (APVE) e a Capitania do Porto de Cascais, está a desenvolver, durante este Verão, um estudo sobre desempenho de pequenos veículos eléctricos em termos de consumo de energia eléctrica, autonomia e operacionalidade. A sessão de apresentação pública foi na Piscina



desempenho energético e operacional, o impacto social, com especial relevo para a interação e segurança com os peões, destes veículos, quando inseridos em serviços específicos de fiscalização.

No programa Cascais em Movimento (em cooperação com o Departamento de Valorização

desempenho energético, operacional e do impacto social destes veículos, a APVE irá reunir dados importantes para fazer o enquadramento da utilização destes veículos numa perspectiva da mobilidade urbana sustentável.

– Fonte: CM/Cascais

Notícias de Óbidos

Uma semana inesquecível na urbe medieval de Óbidos

Na velha e histórica Óbidos, está a decorrer, desde o dia 15 e até ao dia 25 deste mês Julho, mais uma edição do Mercado Medieval de Óbidos.

Como em outros anos, vieram até Óbidos muitos milhares de visitantes, atraídos pela recriação de um mercado medieval, numa terra que se mantém, no interior do seu recinto amuralhado, um verdadeiro museu vivo e uma figuração do que era uma cidade da fase média e final da idade média.

Nesta edição há a registar algumas novidades. Assim cada dia tem uma temática diferente, possibilitando a todos os visitantes um contacto directo com a recriação de aspectos distintos do nosso passado.

O Mercado Medieval de Óbidos está aberto nos dias úteis das cinco da tarde à meia-noite e no dia de inauguração, 15 de Julho, o certame abriu as portas às 19 horas.

Segundo Telmo Faria, presidente da Câmara Municipal de Óbidos, “à semelhança dos dois últimos anos, Óbidos volta a dar um mergulho na História e a reviver os hábitos e costumes de outros tempos”.

O Mercado Medieval de Óbidos é, neste momento, um dos acontecimentos que mais gente atrai a esta Vila, “sendo um marco na recriação histórica em Portugal”, entende o autarca.

Na edição deste ano, durante 11 dias, “num programa forte e cheio de surpresas, vamos procurar fugir à nossa vida contemporânea e estabelecer laços com o passado. Um passado que faz parte do nosso imaginário e que aqui, em Óbidos, pode ser vivido com intensidade”, sublinhou.

Entrada Livre para quem envregar trajes de época

A cerca do castelo é o único local onde é paga a entrada de 2 euros por pessoa. Menores de 12 anos e pessoas trajadas à época têm entrada gratuita. Nos restantes espaços da Vila, onde também existirá animação, a entrada é livre.

A Câmara Municipal de Óbidos tem também disponíveis cerca de 400 fatos de época para alugar a todos os visitantes que queiram dar este mergulho na história e encarnar uma personagem medieval. Alguns trajes foram disponibilizados pela comissão Portuguesa para a Comemoração dos descobrimentos Portugueses, enquanto que os restantes foram confeccionados por algumas costureiras do concelho.

Dentro da Cerca do Castelo existe ainda um cambista onde os visitantes poderão, caso entendam, trocar o contemporâneo EURO pelo medieval TORREÃO. Em termos de câmbio, um torreão equivale a um Euro. A transacção não é obrigatória, uma vez

que as tasquinhas e as barracas de artesanato aceitam ambas as “moedas”.

O programa da Feira Medieval

O 15 de Julho foi consagrado aos Ofícios e Mesteres e os espectáculos concentraram-se artesãos e nos temas relacionados com os seus ofícios, assistindo-se às visitas dos meirinhos e seus fiscais para apuramento do rigor e qualidade dos produtos.

No dia 16, foi o «Dia das Bruxas e Feiticeiros», podendo ver-se a prática de cultos pagãos e a conseqüente «Caça às bruxas» e «Auto de Fé» em que as bruxas são queimadas.

Foi possível observar a recriação da actividade dos curandeiros - a que hoje chamamos a “prática das medicinas alternativas” - e das cartomantes, “leitoras de sina” e outras actividades relacionadas.

No Sábado, recriaram-se os terríveis momentos da Peste Negra, que na idade Média chegou a aniquilar mais de 50 por cento da população europeia. O programa começa com a verificação de um surto de peste, é decretado o encerramento das portas do castelo ao findar do crepúsculo. Dentro do



castelo, físicos com máscaras, percorrem as ruas, há piras de cadáveres em chamas, coveiros com carros de mão transportam e enterram os mortos, ante o desespero e o terror da população.

No Domingo, dia 18, a partir do meio-dia e até à meia-noite encenaram-se as “Revoltas Populares”, uma situação que não era infrequente na Idade Média, quando o Povo, revoltado com os impostos excessivos, a fome, os maus tratos e outras injustiças, se une para atacar e saquear os celeiros e adegas do senhor feudal.

O dia seguinte, segunda-feira, foi dedicado às Danças, com espectáculos de danças medievais ao longo de todo o dia e concertos com todos os actores e público dançando noite dentro,



podendo ver-se e participar desde as danças palacianas até às danças populares.

O dia 20 foi dedicado à Mulher e à Criança. Como viviam na Idade Média? Quais as suas brincadeiras, os seus jogos. Além destas recriações, como dia é dedicado às crianças do Concelho encenou-se uma “Mediavalidade”, espécie

de gincana medieval que termina no castelo e foram ainda realizados jogos tradicionais, jogos de lógica, caças ao tesouro e encenadas peças de teatro para a infância.

Quanto ao papel da Mulher, na sociedade medieval, foram recriadas personagens coetâneas que se destacaram e mercaram o seu papel na história, como Joana d'Arc e a Padeira de Aljubarrota.

O dia da publicação desta edição do “Povo Livre”, é o Dia da Fé das Três Religiões, em que mouros, judeus e cristãos convivem e se mostra a interação entre as diferentes culturas.

Amanhã, é o “Dia dos Cruzados”, podendo assistir-se à chegada das tropas estrangeiras ao país, numa escala para o Oriente, mas que é utilizada pelos dirigentes portugueses da época, para auxiliar na luta contra os mouros. Este é o dia em que as forças se organizam e antecede o assalto ao castelo, detalhando-se os preparativos para a guerra de assédio como se fazia na época.

Sexta-feira verá a Grande Batalha, com a reconstrução de armamento, o descanso do guerreiro numa hora da tarde para recuperação das forças. Com a abertura das tascas para a despedida dos guerreiros. Depois, vem a preparação da armaria, o adobamento dos cavaleiros e o assalto ao Castelo.

No Sábado, dedicado às Sete Artes, haverá pintura, escultura, arquitectura e literatura, das “Cantigas de amigo”, às “cantigas de escárnio e mal-dizer”, bem como representações teatrais, de teatro profano, com arremedilhos, histriões, comédias, começando com a chegada das trupes ao mercado, atravessando

toda a vila.

Finalmente, no Domingo é o dia do Clero, com Procissões. Missa campal, recriação duma celebração eucarística na idade média e, à noite, a Via Sacra, à luz das velas e archotes e a presença dos peregrinos de Santiago de Compostela.

Os números do Mercado Medieval de Óbidos

Desde 2002 que o Mercado Medieval tem vindo a crescer. A autarquia tem feito alguns investimentos que vão permitir, nas próximas edições, haver uma maior autonomia. Por exemplo, a Câmara Municipal de Óbidos adquiriu, este ano, barracas que vão ser utilizadas no certame, permitindo uma maior uniformização do estilo Medieval.

Contando já com este investimento, a edição deste ano esteve orçada em cerca de 140 mil euros, e envolveu, entre participantes directos e indirectos, mais de 350 pessoas.

Estiveram presentes 23 colectividades e associações do concelho, 48 artesãos de diversas partes do País e da Europa, nomeadamente de Espanha. Em termos de animação, o Mercado Medieval de 2004 contou com a presença de 26 grupos de Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha e Reino Unido, totalizando 140 pessoas.

Actuaram ao longo dos dias de mercado, 11 grupos musicais e ainda dois ranchos folclóricos do concelho que, ao longo dos últimos meses, tiveram formação na área da Danças Medievais.

Na cerca do Castelo, o principal local deste mercado Medieval estão presentes 12 tasquinhas onde serão servidas refeições completas. Na Praça de Santa Maria vão ser colocadas mais 10 tasquinhas com refeições ligeiras. Isto envolve mais de 100 participantes directos das colectividades e associações do concelho. – Fonte: CM/Óbidos

O XVI Governo Constitucional tomou posse

● Declarações do Primeiro-Ministro

No dia 17 de Julho, Pedro Miguel de Santana Lopes tomou posse, do Cargo de Primeiro-Ministro, sendo o acto de posse extensivo aos seu elenco ministerial (**veja a composição do Ministério noutra local desta edição**).

«Não estou aqui para cuidar dos poderosos. A dimensão social estará presente em todos os actos do meu Governo», afirmou o Primeiro-Ministro no seu discurso de tomada de posse, garantindo que o Governo terá a preocupação com a dimensão social da política com os mais carenciados assegurando que irá «manter o rigor» da disciplina financeira.

Dirigindo-se ao seu antecessor na chefia do Governo, o Primeiro-Ministro afirmou a sua «admiração e apreço» por José Manuel Durão Barroso: «Nos últimos dois anos, ele e o seu Governo deram o melhor do seu esforço pelo progresso e pela afirmação do nosso Portugal, num quadro difícil que herdara do executivo que o antecedeu», disse.

«Permita-me ainda, Senhor Presidente, que aproveite a solenidade do momento para manifestar ao Dr. Durão Barroso votos de muito sucesso nas tão importantes funções a que tão honrosamente vai ser chamado.»

E em seguida, afirmou: «Acaba de tomar posse, perante V. Exa. o XIV Governo Constitucional, que é a partir de hoje, o legítimo Governo de Portugal. É um Governo legítimo porque, no respeito pela Constituição, foi empossado por decisão do Presidente da República e porque se baseia numa maioria parlamentar».



Descreveu em seguida alguns dos «princípios estruturantes» que norteiam a acção do Constitucional, apontando o «respeito pela Constituição da República e por todos os órgãos de soberania», sublinhando, nesse contexto, «o profundo respeito» pelo papel do Presidente e pela «casa mãe da democracia, a Assembleia da República, traduzindo o respeito pela

maioria, que – apoiando o Governo – com ele não se confunde e o respeito pelas oposições e pela sua natural diversidade, bem como reafirma o enorme respeito pelo tribunais e pela sua independência.

Ainda em matéria de princípios, referiu que “Governar em Democracia significa, antes de tudo, cumprir o mandato que é conferido

pelo Povo Soberano. No prazo estipulado, queremos apresentar-nos a prestar contas ao País desse mandato. Aqui reside a responsabilidade de governar.

E, mais adiante, afirmou: «Queremos apresentar-nos ao eleitorado com a consciência do dever cumprido. Exerceremos o nosso Governo em conformidade com o conjunto de valores que constituem o nosso património histórico

«Temos uma ideia, que penso ser muito precisa, sobre a natureza da democracia. Democracia não é só a mera prática de eleições e a alternância de poder, mas é também um código moral», disse. «O Estado não é um instrumento de quem ganha o poder contra quem o perde», afirmou ainda, demarcando-se

«dos corporativismos» e «dos interesses egoístas» e lembrando que o Estado, cujo governo estrutura a actividade nacional, deve ser, acima de tudo, um instrumento de promoção do interesse de todos os Portugueses.



O XVI Governo Constitucional tomou posse

«A esse propósito, queremos suscitar em mais cidadãos o interesse pela política, que –pela forma como tem sido exercida por alguns – tem vindo a afastar muitos, principalmente das gerações mais jovens.

responsabilidades».

«No Mundo, não há dois seres humanos iguais. A Democracia é o sistema político em que acreditamos e cuja verdade elementar deve ser completamente assumida. A tolerância, o respeito pelo indivíduo, o respeito pela diferença, não podem



«Infelizmente - prosseguiu - alguns confundem o sentido de Estado com a posse do Estado, o que leva à desumanização da política. Sua Excelência o Presidente da República é um exemplo de quem recusa essa perspectiva». O fundamental é estarmos sempre conscientes dessas nossas obrigações e dessas nossas

ser substituídos pela arrogância e pelo espírito inquisitorial E acrescentou que «por ironia, alguns dos que mais falam em liberdade são também aqueles que, por vezes, dão menor liberdade aos outros, incluindo a liberdade de serem como são.».

Acerca da sua equipa governativa, o Primeiro-Ministro disse que foi



Recordando Sá Carneiro



Na segunda-feira, aniversário do nascimento de Francisco Sá Carneiro, Pedro Santana Lopes esteve no cemitério onde estão sepultados o antigo Primeiro-Ministro, fundador do PSD e Snu Abecassis, para um momento de recolhimento, recordação e homenagem ao que foi grande amigo, mentor e iniciador da sua carreira política. Santana Lopes deixou na sepultura um ramo de flores, mantendo-se algum tempo em silenciosa oração.

formada «com uma rapidez sem precedentes» na história da democracia portuguesa e aludiu ao processo da sua constituição, afirmando que a equipa foi formada por elementos de comprovada experiência governativa e outros que nunca a tiveram; mas todos têm vida profissional própria, sendo já figuras destacadas nos seus campos de actividade

Numa fase da vida e da política, em que tanto se apela à renovação dos protagonistas, com maior envolvimento na participação política, «ninguém poderá afirmar ser motivo de desgosto este Governo ter vários nomes pouco habituais ou mesmo estreantes nestes patamares da vida

pública», afirmou.

«O Senhor Presidente da República foi o primeiro a saber de tudo o que tinha de ser sabido», referiu, criticando também «o hábito insólito de alguns tentarem adivinhar» nomes para o Governo que o Primeiro-Ministro nunca, sequer, contactou.

«Estamos preparados – afirmou – para trabalhar por Portugal. É verdade que em Portugal, como no Mundo, estão a chegar novos tempos e aqueles que o não compreendem, sentem-se assustados e em alguns casos chegam a associar-se em circunstâncias imprevisíveis.

«São sempre assim os “velhos do Restelo”. E para eles não resta

O XVI Governo Constitucional tomou posse

alternativa senão falarem cada vez mais alto, embora cada vez menos pessoas os ouvirem...

«Estamos aqui por Portugal, e é pelos que passam mal, pelos que sofrem, que vale a pena trabalhar na vida pública. Como Primeiro-Ministro, com o meu Governo, vou fazer tudo para melhorar a vida das pessoas. Não estou aqui para cuidar dos poderosos, mas para cuidar dos que meno têm e dos que mais precisam»

«A dimensão social estará sempre presente em todos os actos do Governo; temos ao mesmo tempo uma ideia clara sobre o Desenvolvimento», afirmou, salientando a componente social de qualquer progresso na economia.

Pedro Santana Lopes referiu ainda que «a iniciativa privada é o motor» do desenvolvimento, mas recusou a «sacralização do indivíduo». O Governo apostará na concertação social e no diálogo, mas não permitirá que o diálogo se «substitua à acção», disse ainda.

Entre os principais objectivos do

executivo, o Primeiro-Ministro elegeu a competitividade da economia portuguesa e a segurança dos cidadãos, referindo que «o turismo e os investimentos procuram destinos seguros».

A ideia de «descentralizar e deslocar alguns serviços da administração pública» (ventilada como possibilidade na primeira entrevista após a sua nomeação) será levada avante, de forma «ponderada e cuidada».

Quanto às políticas de contenção orçamental e de rigor nas finanças públicas, «continuaremos o programa do XV Governo Constitucional. Não está encerrada a crise das finanças públicas. Apesar dos esforços nos dois últimos anos, o rigor nas despesas é a única via possível», assegurou.

Pedro Santana Lopes afirmou ainda a continuidade da política de integração europeia, deixando claro que Portugal não terá uma política externa que coloque em causa essa opção nacional. As relações com os países lusófonos, com os Estados Unidos e com a Espanha foram



colocadas entre as relações bilaterais prioritárias para Portugal.

No final do seu discurso, Pedro Santana Lopes saudou ainda os autarcas, recordando que se tornou o primeiro chefe de Governo de Portugal que foi, antes, presidente de

uma Câmara municipal.

E terminou com uma palavra de confiança: «Acreditamos em cada um de nós. Não tenhamos medo de ter esperança».

– Fonte: Portal do Governo.

Reuniu o primeiro Conselho do Governo de Santana Lopes

O Conselho de Ministros do XVI Governo Constitucional manteve, no dia 19, a sua primeira reunião, a título extraordinário, após a tomada de posse, que se tinha desenrolado no palácio da Ajuda, dois dias antes.

O Conselho, presidido pelo Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, procedeu à análise de questões relacionadas com a organização e funcionamento do Governo, bem como do processo de transição do XV para o XVI Governo Constitucional, designadamente no tocante à concretização do respectivo Programa, traduzida nas iniciativas legislativas já aprovadas ou em curso de aprovação.

O Primeiro-Ministro transmitiu orientações e definiu prioridades relativamente à preparação do Programa do XVI Governo Constitucional, o qual deverá ser objecto de aprovação em segunda reunião extraordinária do Conselho, a realizar na próxima sexta-feira, dia 23.

De igual modo, o Primeiro-Ministro transmitiu ao Conselho de Ministros orientações relativas à elaboração do Orçamento de Estado para 2005, por forma a que seja cumprido o calendário constitucionalmente previsto.

O Primeiro-Ministro teve igualmente oportunidade de solicitar aos Ministros competentes em razão da matéria, a apresentação de um relatório de execução e de inventariação de medidas e acções relativas aos seguintes domínios: Incêndios Florestais; Segurança Balnear nas praias, albufeiras e rios;

Sinistralidade Rodoviária e Abertura do novo Ano Escolar.

Foi também solicitado pelo Chefe do Governo aos Ministros que procedam a uma análise do processo de descentralização em curso e façam a apresentação de medidas conducentes ao seu desenvolvimento.

Declarações do Ministro da Presidência

No fim do Conselho, o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, falou à Imprensa, garantindo que na próxima Sexta-feira será aprovado o programa de governo, em Conselho, sendo de imediato entregue na Assembleia da República.

Nuno Morais Sarmento explicou que só depois da aprovação do programa de governo, no Parlamento, o que deverá acontecer na próxima semana, o executivo de Santana Lopes poderá tomar decisões.

O prazo para a apresentação do Orçamento de Estado será o dia 15 de Outubro – e é para manter.

«A nossa primeira preocupação não foi o Orçamento de Estado, mas sim o programa de governo, garantindo que todos os prazos sejam respeitados», afirmou o ministro da Presidência.

«Neste primeiro Conselho de Ministros foi também debatido a necessidade de fazer pontos de situação sobre algumas áreas fulcrais nesta época, como a situação dos incêndios florestais, a situação das praias e a segurança das pessoas, a sinistralidade rodoviária devido às férias e a colocação de professores», disse Morais Sarmento.

Neste último ponto, o ministro da Presidência afirmou que o Governo pretende que «no regresso das férias, as famílias possam encontrar uma absoluta normalidade».

Morais Sarmento destacou ainda a necessidade de «mais rigor e informação» em relação ao investimento público para que haja «equilíbrio e coesão no conjunto do país».

O executivo de Santana Lopes pretende ainda estudar, garantiu Morais Sarmento, «a descentralização de competências, de serviços e estruturas para níveis inferiores da Administração Pública, como é o caso das autarquias locais».

Questionado sobre a deslocalização de ministérios e a suposta descida do IRS, o ministro da presidência disse que os temas não foram discutidos na reunião.

O Conselho de Ministros do governo de Pedro Santana Lopes reuniu-se pela primeira vez com a quase totalidade ministros, exceptuando o titular da pasta da Agricultura, ausente em Bruxelas, para participar nas correntes negociações sobre matérias de Agricultura. – Fontes: Portal do Governo e Lusa; fotos Lusa e Luís Saraiva

Composição do XVI Governo Constitucional



Primeiro-Ministro:
Pedro Miguel de Santana Lopes

O Primeiro-Ministro indigitado, Pedro Santana Lopes, apresentou ao Presidente da República, em Belém, na sexta-feira passada, ao final da tarde, o elenco dos ministros do XVI Governo Constitucional. A tomada de posse ocorreu no Sábado, às cinco horas, no Palácio da Ajuda

O Governo liderado por Pedro Santana Lopes tem dezanove ministérios e a sua composição é a seguinte:



Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho: Álvaro Bissaya Barreto



Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar: Paulo Sacadura Cabral Portas



Ministro de Estado e da Presidência: Nuno Morais Sarmiento



Ministro das Finanças e da Administração Pública: António Bagão Félix



Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: António Monteiro



Ministro da Administração Interna: Daniel Sanches



Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional: José Luís Arnaut



Ministro da Justiça: José de Aguiar Branco



Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas: Carlos da Costa Neves



Ministra da Educação: Maria do Carmo da Costa Seabra



Ministra da Ciência e Ensino Superior: Maria da Graça da Silva Carvalho



Ministro da Saúde: Luís Filipe Pereira



Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança: Fernando Negrão



Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: António Mexia



Ministra da Cultura: Maria João Bustorff Silva



Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território: Luís Nobre Guedes



Ministro do Turismo: Telmo Correia



Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro: Henrique Chaves



Ministro dos Assuntos Parlamentares: Rui Gomes da Silva



AMARES

Nos termos de artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia 17 de Setembro de 2004, a partir das 21h30, na sede Concelhia do PSD., sita na Rua Dr. Eduardo Gonçalves, n.º2- 1º esq, sita na Freguesia de Ferreiros, Concelho de Amares, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Concelhios

- Mesa da Assembleia de Secção;

- Comissão Política de Secção.

Notas: As candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de secção, ou a quem o represente.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na Rua Eng. Moniz da Maia, n.º13, em Azambuja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência referentes ao exercício de 2003.

2. Informações.

BORBA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Borba do PSD, para reunir no dia 18 de Setembro de 2004, na sede sita na Rua Visconde Gão, n.º64, em Borba, das 10h30 às 12h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para a Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia para o biênio 2004/2006.

Nota: As listas candidatas, deverão ser entregues em duplicado na sede da Concelhia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 10h30 até às 12h30.

DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Regulamento Eleitoral e de harmonia com os Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do distrito de Évora para a Assembleia Eleitoral que terá lugar no dia 17 de Setembro de 2004, entre as 20h00 e as 24h00 para eleição dos seguintes órgãos:

- Delegados à Assembleia Distrital;

- Mesa da Assembleia Distrital;

- Comissão Política Distrital;

- Conselho de Jurisdição Distrital.

Notas: As candidaturas deverão ser entregues em conformidade com os números 1 a 3 e 7 a 9 do artigo 4º do Regulamento Eleitoral e ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Delegados à Assembleia Distrital) ou ao Presidente da Assembleia Distrital (restantes órgãos), até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo as sedes das secções e distrital encontrar-se abertas para o efeito, dentro dos respectivos períodos normais de funcionamento.

O acto eleitoral decorrerá em cada uma das Secções na data e horário acima identificados.

LAGOA

Nos termos do artigo 50º, alínea c) dos Estatutos do PSD e para efeitos do artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes inscritos na secção de Lagoa do PSD, para a Assembleia Eleitoral a realizar no próximo dias 3 de Setembro de 2004, na sede do partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, em Lagoa

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Assembleia de Secção- biênio 2004-2006.

Nota: As urnas de voto estarão abertas durante as 19h00 e as 21h00.

Nos termos do n.º4 do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as candidaturas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia, em listas completas para cada órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Em nenhuma circunstância o número de suplentes poderá ser superior a 30% do total de efectivos (n.º9, artigo 4º do regulamento).

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mourão, para reunir no próximo dia 17 de Setembro de 2004, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 19h30 e as 22h00.

As listas candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia.

NÚCLEO DE ARGONCILHE (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Argoncilhe, para reunir no próximo dia 16 de Setembro de 2004, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas: A eleição decorrerá entre as 21h00 e as 23h00 em instalações provisórias do Núcleo, sitas no Rés do Chão de um edifício localizado na Rua Aposento de Castro (Traseiras do Restaurante Rampinha), freguesia de Argoncilhe.

A candidaturas em lista, a data limite da sua apresentação, as respectivas propostas, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DA QUINTA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo da Quinta do Conde, para uma assembleia eleitoral, no próximo dia 1 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede do PSD, sita na Rua António José de Almeida, lote 1079, em Quinta do Conde 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NÚCLEO DE VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Valongo, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, sexta-feira, pelas 19h00, na sede do Núcleo de Valongo, sita à Rua do Padrão, freguesia de Valongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição do Núcleo do PSD de Valongo.

Nota: O acto eleitoral decorrerá em sistema de urna aberta, entre as 19h00 e as 23h00 do dia 3 de Setembro de 2004.

As listas candidatas poderão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SECÇÃO E

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção E, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 15 de Setembro de 2004, pelas 18h00, na sede de secção, sita na Rua Forno do Tijolo, 71 – 3º em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 22h00.

VIANA DO ALENTEJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Alentejo, para reunir no próximo dia 10 de Setembro de 2004, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 19h30 e as 22h00.

As listas candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia.



CONSELHO DISTRITAL de VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD de Vila Real, para o próximo dia 18 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Antiga Sede Distrital do PSD de Vila Real, sita na Rua Boavista, n.º 11, 5000-641, em Vila Real, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais da JSD de Vila Real.

Nota:

1) As listas devem ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital Eleitoral ou ao seu substituto desde que pertencente ao mesmo órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2) Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus regulamentos aprovados em Conselho Nacional.

3) A urna abrirá às 15h30 e encerrará às 17h30.

4) O caderno eleitoral distrital, será elaborado de acordo com o envio dos Delegados eleitos pelos Plenários de Secção por parte das Mesas dos Plenários de Secção, fazendo referência à data da Eleição, anexando a respectiva acta eleitoral, contendo as listas aceites a sufrágio.

5) A Mesa não aceita substituições dos Delegados, sem a prévia comunicação à Mesa do Plenário Distrital com 48 horas de antecedência, anexando a essa comunicação, o termo de suspensão de mandato do Delegado Distrital, o tempo de suspensão, bem como, a indicação do suplente que o vem substituir, devidamente indicado pelo senhor Presidente de Plenário de Secção.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o

Plenário da Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 10 de Setembro de 2004 (Sexta-feira), pelas 21h00 na respectiva Sede do PSD/JSD, sita na Rua da Boavista, n.º 11 – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Vila Real.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD de Vila Real.

2- As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

CPD/VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os Plenários das Secções de Boticas, Chaves, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, para reunirem no próximo dia 11 de Setembro de 2004 (Sábado), pelas 15h00 nas respectivas Sedes do PSD/JSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Vila Real.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nas respectivas Sedes Concelhias do PSD/JSD.

2- As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h00.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim para reunir no dia 5 de Setembro de 2004 (Domingo), pelas 15h00, na Sede, sita na Rua dos Ferreiros, 33, Almeirim, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim, para reunir no dia 26 de Setembro de 2004 (Domingo), pelas 15h00, na Sede, sita na Rua dos Ferreiros, 33, Almeirim, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção, da Mesa do Plenário de Secção e do representante do CDES;

- 2- Informações;
- 3- Análise da Situação Política.

Nota:

1- As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção de Almeirim;

2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3- Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quorum, servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Moita, para reunir no próximo dia 28 de Agosto de 2004, pelas 21h00, na Avenida António Aleixo, Bloco L, n.º 1-Quinta da Fonte da Prata, 2860 – 266 Moita (Sede Provisória), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção;

2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

3- Eleição do Conselheiro Distrital (1).

NOTA:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na morada acima referida.

JSD/PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoco o Plenário da JSD/Paredes, no dia 3 de Setembro de 2004, pelas 20h00, na Sede do PSD/Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, Apartado 5, 4580-021 Paredes, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia da JSD/Paredes.

Nota:

a) As listas terão que ser entregues, na Rua 1.º de Dezembro, Sede do PSD/Paredes, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 20h00 até às 22h00.

MONTEMOR-o-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Montemor-o-Velho, para reunião a realizar no próximo dia 21 de Agosto de 2004, das 21h30 às 23h00, na Sede do PSD em Montemor-o-Velho, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário;

- Eleição da Comissão Política de Secção;

- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital.

Nota:

As candidaturas deverão ser entregues nos termos do art.º 4 do Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede do PSD de Montemor-o-Velho, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

Processos n.ºs 03/2004 e 04/2004

Em 15.06.2004, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um requerimento simultâneo de impugnação, recurso e participação disciplinar, apresentado pelo companheiro Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas, militante n.º 53.331, onde solicitou os seguintes pedidos:

1º Validação da primeira convocatória publicada em Povo Livre no dia 5 de Maio de 2004, marcando eleições para os órgãos da Secção de Viseu, no dia 5 de Junho de 2004.

2º Anulação da segunda convocatória, acto unilateral e isolado do Presidente da Mesa, à revelia do seu órgão e contra a vontade destes.

3º Anulação do Acórdão n.1/2004 do Conselho de Jurisdição Distrital de Viseu.

4º Apreciação disciplinar da actuação atentatória das disposições estatutárias e regulamentares por parte do Presidente da Mesa da Secção da JSD/Viseu, Paulo Jorge Marques Almeida, e do Presidente da Jurisdição Distrital de Viseu, José Carlos de Jesus Governo, com as devidas consequências ao caso aplicáveis.

5º Validação do acto eleitoral realizado no dia 5 de Junho de 2004, para a Mesa da Secção e Comissão Política de Secção da JSD/Viseu.

Em 17.06.2004, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um requerimento de impugnação, apresentado pelo companheiro Paulo Jorge Gomes Marques de Almeida, militante n.º 56.708, onde solicitou a declaração de nulidade de um pretenso acto eleitoral realizado no dia 5 de Junho de 2004, na Secção de Viseu da JSD, para a Comissão Política de Secção, Mesa do Plenário de Secção e Delegados de Secção ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Reunido em Aveiro, no dia 19 de Junho de 2004, o CJN deliberou, ao abrigo do art. 50º, n.º 2, alínea e) e n.º 3 (na versão oficial este n.º 3 aparece, por lapso, repetido como n.º 2), do Regulamento Jurisdicional da JSD, tomar conhecimento dos pedidos de ambos os requerentes e decidiu-os em conjunto, e nomear como relator o seu membro Pedro Amaral e Almeida, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada em Coimbra, em 2 de Julho de 2004.

ACÓRDÃO 05/2004

I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta os seguintes documentos:

- (i) Povo Livre de 5 de Maio de 2004;
- (ii) Impugnação da convocatória das eleições de 5 de Junho de 2004 apresentada junto do CJD/Viseu;
- (iii) Acórdão de 4 de Junho de 2004 do CJD/Viseu;
- (iv) Declaração de 5 de Junho de 2004 assinada pelo Presidente da Mesa de Secção de Viseu;
- (v) Acta das eleições realizadas na Secção de Viseu em 5 de Junho de 2004;
- (vi) Povo Livre de 9 de Junho de 2004.

II – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Ambos os requerentes têm legitimidade e os pedidos foram apresentados em tempo.

III – DOS FACTOS ASSENTES

1) Na edição do Povo Livre de 5 de Maio de 2004, foi publicada uma convocatória tendo por objecto a convocação do Plenário da Secção de Viseu da JSD para uma reunião no dia 5 de Junho de 2004 com a seguinte ordem de trabalhos: “*Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Secção, dos Conselheiros Distritais e da Comissão Política de Secção*”.

2) Em 31 de Maio de 2004, um conjunto de militantes da Secção de Viseu da JSD impugnou directamente junto do Conselho de Jurisdição Distrital de Viseu a convocatória *supra* citada.

3) Por acórdão de 4 de Junho de 2004, o CJD/Viseu anulou a convocatória em causa.

4) No dia seguinte, o acórdão do CJD/Viseu foi notificado ao Presidente da Mesa da Secção de Viseu, tendo este dado conhecimento do mesmo aos candidatos das listas que se tinham apresentado a sufrágio.

5) Em obediência ao disposto no acórdão do CJD/Viseu, o Presidente da Mesa da Secção de Viseu informou o Plenário da Secção que não iria haver lugar à realização do acto eleitoral.

6) Inconformados com tal decisão, os membros presentes no Plenário da Secção de Viseu deram continuidade à reunião plenária, tendo sido eleita uma mesa ad-hoc a qual conduziu um acto eleitoral para a eleição dos titulares da Mesa e Comissão Política da Secção de Viseu.

7) Na edição do Povo Livre de 9 de Junho de 2004, foi publicada uma convocatória tendo por objecto a convocação do Plenário da Secção de Viseu da JSD para uma reunião no dia 17 de Julho de 2004 com a seguinte ordem de trabalhos: “*Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção*”, desconhecendo-se a data da convocatória.

IV – DO DIREITO

Em primeiro lugar, importa reter um princípio jurídico fundamental, vigente não só na JSD mas em todo o ordenamento jurídico: **as decisões de qualquer órgão jurisdicional devem ser por todos escrupulosamente respeitadas**. Quem não concordar com o teor de uma decisão jurisdicional deverá recorrer da mesma – caso a possibilidade de recurso esteja prevista – para a instância superior. E só esta instância é o único órgão com legitimidade para julgar do acerto ou desacerto da decisão recorrida.

Recordado este princípio básico, diga-se que, no caso concreto, o acórdão do CJD/Viseu – que anulava a convocatória para o acto eleitoral de 5 de Junho de 2004 – tinha que ser integralmente respeitado a partir do momento em que o mesmo fosse do conhecimento dos interessados.

Nestes termos, bem andou o Presidente da Mesa da Secção de Viseu, assim que tomou conhecimento desse acórdão, a informar o Plenário de que não iria haver lugar à realização do acto eleitoral. É que, independentemente da validade da decisão do acórdão do CJD/Viseu – a qual não deixará de ser apreciada no presente acórdão –, a mesma tinha que ser desde logo respeitada por todo o Plenário da Secção de Viseu. Se os membros deste Plenário tinham dúvidas quanto ao acerto da decisão do CJD/Viseu o que deveriam ter feito era recorrido dessa decisão para o CJN – o que mais tarde veio efectivamente a suceder por intermédio do recurso ora em apreciação apresentado pelo companheiro Pedro Ruas – pois essa é a única forma estatutariamente legítima para pôr em causa as decisões dos órgãos jurisdicionais distritais. O que o Plenário nunca poderia ter feito era desrespeitar o decidido pelo acórdão do CJD/Viseu e pôr em marcha um acto eleitoral cuja convocatória havia sido anulada por um acórdão que estava na altura a produzir os seus legítimos efeitos.

Deste modo, as eleições realizadas em 5 de Junho de 2004 para Mesa e Comissão Política da Secção de Viseu **são inválidas por terem decorrido em desrespeito de uma decisão do CJD/Viseu a qual produzia os seus efeitos enquanto não fosse objecto de impugnação perante o CJN**.

Importa agora apreciar a validade do acórdão do CJD/Viseu.

Em primeiro lugar, o pedido de impugnação que deu azo ao acórdão foi apresentado directamente junto do CJD/Viseu quando o mesmo deveria ter sido apresentado junto do Conselho de Jurisdição Nacional, o que configura uma violação do disposto no art. 32º, n.º 1, do Regulamento Jurisdicional da JSD.

O acórdão do CJD/Viseu não foi precedido de audição do órgão que praticou o acto impugnado, o que configura uma violação do disposto no art. 37º do Regulamento Jurisdicional da JSD.

Quanto à substância da decisão, o acórdão recorrido decidiu e bem, pelas razões nele expressas e que este CJN sufraga inteiramente, que não poderia haver lugar a eleições para os conselheiros distritais.

Todavia, mal andou o CJD/Viseu a anular no seu todo a convocatória em causa. Com efeito, a anulação da convocatória deveria ter-se restringido à parte da mesma que convocava eleições para os conselheiros distritais, devendo manter-se as eleições para a Mesa e CPS dado que a convocatória das mesmas jamais poderia ser afectada pelos vícios da convocatória para os conselheiros distritais.

Nestes termos, deverá revogar-se o acórdão do CJD/Viseu somente na parte em que anulou a convocatória para as eleições da Mesa e Comissão Política da Secção de Viseu marcadas para 5 de Junho de 2004, sendo todavia certo que esta anulação não tem o condão de validar o acto eleitoral realizado pelo Plenário da Secção para aqueles órgãos, atentos os motivos *supra* expostos a propósito desta questão.

Quanto à questão da validade da segunda convocatória publicada no Povo Livre de 9 de Maio de 2004, entende o CJN não se pronunciar sobre a mesma não só por falta de elementos de prova suficientes para a apreciar com mais rigor mas, principalmente, porque a mesma pode ser devidamente apreciada pelo CJD/Viseu em sede de eventual impugnação do acto eleitoral a realizar com base nessa convocatória.

Finalmente, quanto à matéria disciplinar que foi aduzida pelos requerentes, o CJN irá fazer a apreciação da mesma em sede própria e, feitas as competentes averiguações, não deixará de tomar as medidas processuais adequadas que nos vários casos se impuserem.

V – DA DECISÃO

Em face do exposto, o CJN **decide**:

- a) Revogar o acórdão do CJD/Viseu na parte em que anulou a convocatória para as eleições da Mesa e Comissão Política da Secção de Viseu da JSD marcadas para 5 de Junho de 2004;
- b) Anular as eleições realizadas em 5 de Junho de 2004 para a Mesa e Comissão Política da Secção de Viseu da JSD;
- c) Não se pronunciar sobre a convocatória publicada no Povo Livre de 9 de Junho de 2004;
- d) Remeter para sede própria a apreciação de comportamentos trazidos aos autos para eventual accionamento dos competentes meios processuais disciplinares.

Notifiquem-se os requerentes e o Conselho de Jurisdição Distrital de Viseu. Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Coimbra, 2 de Julho de 2004.

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)

Em memória de Sá Carneiro no dia em que faria 70 anos

Celebrada missa em S. João de Deus



Propriedade PSD-Partido Social Democrata



Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Ciel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE

